

24ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 1170966

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 005/2025 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA. Belém-PA, 17 de fevereiro de 2025.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) etc.

CONSIDERANDO: o teor do PAE: 2024/1132703, e o Despacho exarado pela Coordenadoria da Capital e Região Metropolitana – CCRM/PC-PA, acerca de fatos concernentes a procedimentos policiais que se encontram sob a responsabilidade do Delegado M. D. L. – matrícula nº 5204801;

CONSIDERANDO: que a situação acima atribuída ao citado Policial Civil, enseja a necessidade de apurar a prática de conduta que, em tese, configura ilícito administrativo, mediante a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhes os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei Complementar nº 022/94, figurando como acusado o Delegado M. D. L. – matrícula nº 5204801, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, inciso VII, XVII, XXXIX e XLI, da Lei Complementar nº 022/94;

II – DESIGNAR os servidores FERNANDO PITTON ALBANESE, ALINE CARLA RODRIGUES CAVALEIRO DE MACÊDO e CYNTHIA DE FÁTIMA DE SOUZA VIANA – Delegados de Polícia Civil, e ADAM GREGORY SANTOS DO CARMO – Escrivão de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, as acusações citadas contra o servidor em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1170835

PORTARIA Nº 011/2025-DGPC/DA/FISCAL Belém-PA, 24 de Fevereiro de 2025

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA nº182/2020-DG/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA nº 062/2023 – DGPC/DIVERSOS, de 25/09/2023 que designou a servidora ARIANE LILIAN LIMA DOS SANTOS MELO RODRIGUES, Delegada da Polícia Civil, matrícula nº 57225308/2, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 211/2023-PCE/PA, firmado com o Senhor FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS, e no seu impedimento o servidor JOÃO CLÁUDIO SAKUNO CASTANHO, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 5966295/1.

II - DESIGNAR nos termos da Lei nº 8.666/93 a servidora ADRIANA BARROS NORAT, Delegada da Polícia Civil, matrícula nº 5894816/1 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 211/2023-PCE/PA, firmado com a Senhor FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS, CPF nº 047.645.792-00 cujo objeto é a locação de bem imóvel localizado na Rua Domingos Marreiros, nº 2019 e seu estacionamento localizado na Avenida José Bonifácio nº 261, Bairro de Fátima, Belém/PA e no seu impedimento a servidora ALETHEA MARIA CAROLINA SALES BERNARDO, Escrivã de Polícia Civil, matrícula nº 55588579/2, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA N.º 012/2025-DGPC/DA/FISCAL

Belém-PA, 21 de Fevereiro de 2025

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA nº182/2020-DG/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA nº 031/2024 – DGPC/DIVERSOS, de 27/05/2024 que designou o servidor RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 80845034/3, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 026/2024-PCE/PA, firmado com a Empresa PARÁ 2000, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2.

II - DESIGNAR nos termos da Lei nº 8.666/93 o servidor TIAGO BARRETO DA ROCHA BELIENY, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 5913989/1 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 026/2024-PCE/PA, firmado com a Empresa PARÁ 2000, CNPJ nº 03.584.058/0001-18 cujo objeto é a locação de imóvel com 2 (duas) salas no Mezanino Armazém 2,0, no Complexo Estação das Docas, sito à Av. Boulevard Castilhos França s/nº, Bairro: Campina, Cep: 66010-020, Belém/PA, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA N.º 013/2025-DGPC/DA/FISCAL

Belém-PA, 21 de Fevereiro de 2025

A Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA nº182/2020-DG/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA nº 105/2021 – DGPC/DIVERSOS, de

27/07/2021 que designou o servidor JOÃO RICARDO DE SOUZA INÁCIO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 57233538/1, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 068/2021-PCE/PA, firmado com a Empresa KCM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, e no seu impedimento a servidora LEONILSON FRANCISCO RODRIGUES DE MELO, Papiloscopista da Polícia Civil, matrícula nº 700487/1.

II - DESIGNAR nos termos da Lei nº 8.666/93 a servidora MONALISA DO SOCORRO JEZINI, Assistente Administrativo, matrícula nº 57190629/1 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 068/2021-PCE/PA, firmado com a Empresa KCM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ Nº 83.569.459/0001-38 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados para o cargo de recepcionista (capital e interior do Estado do Pará) e no seu impedimento a servidora RENATA CARVALHO, Diretor de Divisão, matrícula nº 5929330/6 e no seu impedimento o servidor KLEYTON CORTES VILHENA, Investigador de Polícia Civil, matrícula nº 5940107/1, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

- acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
 - registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
 - determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
 - rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;
 - exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
 - exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
 - atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;
 - comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
- REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
- Delegada ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO
Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1170919

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 003/2025-PC/PA-SEJU

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, CNPJ 05.054.895/0001-60. Classificação do Objeto: Cooperação mútua entre as partes, visando dar apoio às atividades da Polícia Civil, especificamente aos serviços para emissão de Carteira de Identidade aos cidadãos residentes no Estado do Pará. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação. Foro: Belém-PA. Data da assinatura: 24/02/2025. Processo nº 2024/662746. Secretário Adjunto: Raimundo Guimarães Feliz. Secretário Adjunto. Endereço: Rua 28 de Setembro, nº 339, Bairro: Campina, CEP: 66.010-100, Belém/PA. Ordenador: Walter Resende de Almeida. Delegado Geral da Polícia Civil/PA.

EXTRATO DE TERMO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2025-PC/PA-PMSLP

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará/PA, CNPJ nº 63.887.848/0001-02. Classificação do Objeto: Cooperação mútua entre as partes, visando dar apoio às atividades da Polícia Civil, especificamente aos serviços para emissão de Carteira de Identidade aos cidadãos residentes no município de Santa Luzia do Pará/PA. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação. Foro: Belém-PA. Data da assinatura: 24/02/2025. Processo nº 2024/1313238. Prefeito: Adamor Aires de Oliveira. Prefeito de Santa Luzia do Pará/PA. Endereço: Av. Castelo Branco, s/nº, Bairro: Centro, CEP: 68.664-000, Santa Luzia do Pará. Ordenador: Walter Resende de Almeida. Delegado Geral da Polícia Civil/PA.

Protocolo: 1171093

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 042/2024 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 – GAB/DG – PCEPA

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais.
CONSIDERANDO, a Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994.
CONSIDERANDO, a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Art. 117.
CONSIDERANDO, o Decreto nº 3.302 de 29 de agosto de 2023, Art. 34, § 1º, inciso I.

RESOLVE:

Designar como fiscal o servidor MARCELO AYAN FERREIRA, Perito Médico Legista, matrícula nº 54180325/1, e como suplente o servidor JORGE LUIZ FERREIRA LIMA, Auxiliar Operacional, matrícula nº 57195364/1, do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2025 – PCEPA, celebrado entre esta PCEPA e a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ, cujo objeto visa garantir e efetivar a cidadania do pós-óbito, através da elucidação da causa mortis em consonância com as diretrizes do SUS através do Serviço de Verificação de Óbito – SVO, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará – SESPA, nas dependências da Polícia Científica do Pará - PCEPA, conforme especificações estabelecidas neste Termo, no Plano de Trabalho e anexos, conforme vigência do instrumento.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ – PCEPA, 21 de fevereiro de 2025.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor-Geral

Protocolo: 1171154

PORTARIA Nº 045/2024 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025 – GAB/DG – PCEPA

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais.
CONSIDERANDO, a Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994.
CONSIDERANDO, a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Art. 117.
CONSIDERANDO, o Decreto nº 3.302 de 29 de agosto de 2023, Art. 34, § 1º, inciso I.

RESOLVE:

Designar como fiscal o servidor JOSÉ ALBERTO SILVA DE SÁ, Perito Criminal, matrícula nº 5832179/1, e como suplente a servidora SUSY BRAGA DA SILVA, Assistente Administrativa, matrícula nº 5892897/1, do Termo de Execução Descentralizada nº 004/2024 – PCEPA, celebrado entre esta PCEPA e a EGPA, cujo objeto visa a descentralização de crédito orçamentário da Polícia Científica do Pará para a Escola de Governança do Estado do Pará, visando a capacitação de servidores públicos da PCEPA, de acordo com o Plano de Trabalho, conforme vigência do instrumento.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ – PCEPA, 24 de fevereiro de 2025.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor-Geral

Protocolo: 1171158

FÉRIAS

PORTARIA Nº 044/2025-GAB/DG/PCEPA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00.

R E S O L V E:

CONCEDER 30 dias de gozo de férias ao servidor FRANCISCO JOSÉ SOUZA SANTOS, Perito Criminal, matrícula nº5832500/1, no período de 03.03.2025 a 01.04.2025, são referentes ao exercício 2019 (suspensa pela PORTARIA nº268 de 29.09.2020, no DOE nº34.359 de 30.09.2020).
REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 24 de Fevereiro de 2025.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor-Geral

Protocolo: 1170915

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 043/25-GAB/DG/PCEPA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00 e a PORTARIA nº536/25-CCG, de 21.02.2025, DOE nº36.144 de 24.02.2025.

R E S O L V E:

INTERROMPER, a contar de 24.02.2025 o gozo de férias da servidora ANA CLÁUDIA MELO MACEDO, Perito Criminal, matrícula nº54182353/2, concedida pela PORTARIA Nº 354/24-GAB/DG/PCEPA de 30.12.2024, publicada no DOE nº 36.085 de 02.01.2025, ficando 09 dias restantes para posterior gozo.
REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 24 de Fevereiro de 2025.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor-Geral

Protocolo: 1170914

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 686/2025-DAF/CGP, de 24/02/2025

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO a solicitação do servidor constante do Requerimento datado de 18/02/2025, e despacho reconhecendo o direito à concessão de